

AJ06867

Posseiros garantem permanência em Rio Marinho

SEM AGITAÇÃO

A promessa de que não serão despejados no dia 11 de junho — como manda o decreto do juiz José Carlos Costa — e a possibilidade do Banco Central vender a área, impedindo definitivamente a expulsão, foram os resultados concretos da reunião entre o vice-governador José Carlos da Fonseca e uma comissão de representantes dos 1 500 moradores do Rio Marinho, que saíram em passeata, ontem, de seu bairro até o Palácio Anchieta.

Portando faixas e cartazes, reivindicando ao governo estadual soluções para impedir o despejo, os 1 500 moradores aguardaram com expectativa, em frente ao Palácio, o fim da reunião, a qual esteve presente também o secretário de Bem-Estar Social, Clóvis de Barros.

Os moradores saíram do bairro em passeata às 13 horas. Dois ônibus trouxeram velhos, mulheres grávidas e crianças, mas os demais fizeram a pé o percurso até o Palácio Anchieta. Em solidariedade, também participaram do ato moradores de Flexal e Ilha dos Aires.

A passeata foi tranquila, sem incidentes com a polícia, que se manteve vigilante, circulando no meio do pessoal. No entanto, um dos policiais chegou a comentar que “seria bom jogar uma bomba no meio da multidão”. Enquanto isso, no Palácio, um membro da

comissão passou mal e foi levado, num carro oficial, para atendimento médico.

“Nós crianças pedimos clemência ao governo”; “Antes expulsão da roça, agora da cidade”; “Com o baixo salário não podemos pagar aluguel”; “Para onde vamos, se não temos onde morar”; “Onde está o dinheiro que o sr. José Trindade recebeu dos posseiros de Rio Marinho”. Estas foram algumas das faixas apresentadas pelos moradores.

O secretário Clóvis de Barros anunciou à comissão de moradores que ainda esta semana enviará assistentes sociais ao bairro para fazer um levantamento geral da situação, observando problemas de

educação, saúde e infra-estrutura. O deputado Nelson Aguiar, do PI, participou da reunião e informou que ele já havia mantido contato com o juiz José Carlos Costa, que lhe garantiu que o despejo não seria concretizado. De qualquer forma, a comissão estará reunida hoje, novamente, com o secretário Clóvis de Barros para debater as soluções.

A maioria dos posseiros não pode participar da passeata por causa do trabalho. Grande parte é oriunda do norte do Espírito Santo e interior de Minas Gerais. Eles apontam como causa de saída da zona rural, a crise na agricultura, com a erradicação do café, na década de 60.